



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

ATA - 06ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA- 2025. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 01 de julho de 2025, no formato híbrido, realizou a 06ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Conselheira e Presidenta do CEDIM/SC, Marlete de Oliveira. A 06ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das **Conselheiras representantes das Organizações Governamentais**: Conselheira Titular Patrícia Ferreira, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Conselheira Titular Patrícia Zimmermann D'Ávila, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); Conselheira Titular Milena Lopes, representante da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família (SAS); Conselheira Titular Luciane dos Passos e sua Suplente Patrícia Monteiro, representantes da Secretaria de Estado da Administração (SEA); Conselheira Titular Cleia Pereira, representante da UDESC; Conselheira Titular Maria Augusta Ungaretti, representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES); Conselheira Titular Clarissa Simões, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED) e Conselheira Titular Ana Lúcia Michels, representante da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (SICOS). Participaram também as **Conselheiras representantes das Organizações Não Governamentais**: Conselheira Titular Carolina Bergmann, representante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC); Conselheira Titular Terezinha Mafioletti e sua Suplente Margot Zetsche, representantes da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Joseane Nazário, representante do CRP 12ª Região; Conselheira Titular Juci Tomais, representante do Instituto Gente de Direitos; Conselheira Titular Marlete Pinto de Oliveira, representante da Marcha Mundial das Mulheres; Conselheira Titular Leslei Mayer e sua Suplente Ana Lúcia Pratts, representantes da FETAESC; Conselheira Titular Carolina de Matos, representante da CUT/SC; Conselheira Titular Aline de Souza, representante da Associação Flor de Lis; Conselheira Titular Andrea Vergani, representante da BPW; Conselheira Suplente Denize de Oliveira, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari e a Conselheira Suplente Rafaela Catarina



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Kinas, representante do Movimento Mulheres do Litoral. A Conselheira Titular Gisella Ribeiro e sua Suplente Rosane Jacques, representantes da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAR) justificaram ausência devido a compromisso no trabalho, assim como a Conselheira Titular Luciana Cascaes, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari apresentou justificativa de ausência. A Conselheira Suplente Viviane da Rosa, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED) justificou ausência por estar de licença médica e a Conselheira Suplente Fabiana de Souza, representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS) justificou ausência por estar no período de férias. A 06ª Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2025 contou com a participação da convidada e ex-conselheira do CEDIM/SC, Erli Camargo. A 06ª Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2025 teve a seguinte **pauta**: 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas de ausências; 3. Aprovação da Ata da 05ª Plenária Ordinária – Ano 2025, realizada em 03 de junho de 2025 e a Ata da 05ª Plenária Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2025; 4. Ciclo de Debates - Apresentação Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); 5. Deliberação sobre a organização da 5ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres. 6. Relato das Comissões e Grupos de Trabalho; 7. Informes Gerais; 8. Encerramento. **Aberta a reunião**, após levantamento do quórum e aprovação das justificativas de ausências, Marlete agradeceu a presença de todas, e deu continuidade à pauta. Após, Carol passou para o item **03. Aprovação da Ata da 05ª Plenária Ordinária – Ano 2025, realizada em 03 de junho de 2025 e Ata da 05ª Plenária Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2025.** As atas foram aprovadas. **4. Ciclo de Debates - Apresentação Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).** A Conselheira Patrícia Zimmermann (3min) deu as boas-vindas e destacou o trabalho integrado das quatro instituições de segurança (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Científica e Polícia Civil) no atendimento a mulheres vítimas de violência. Ela enfatizou que a redução dos feminicídios em Santa Catarina é resultado desse trabalho conjunto. A Capitã Carla, da Rede Catarina de proteção à mulher da PMSC, apresentou o



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

programa, que atua em todos os 295 municípios de Santa Catarina desde sua institucionalização em 2017. O programa foca na fiscalização de medidas protetivas e no acompanhamento das vítimas, incluindo a oferta do botão do pânico. Ela também explicou que o botão do pânico é ativado no aplicativo PMSC Cidadão para mulheres com medida protetiva ativa e atendidas pela Patrulha Maria da Penha. Ele permite que a mulher acione a polícia em situações de ameaça, levando a prisões em flagrante e auxiliando na redução de feminicídios. Além do atendimento direto, a Rede Catarina realiza ações preventivas, campanhas e palestras em parceria com outros órgãos. O programa "Protetores do Lar" oferece palestras a alunos do ensino médio para combater a violência doméstica, e tem tido resultados positivos na prevenção primária e no recebimento de denúncias. Em 2023, a Rede Catarina realizou mais de 24.000 visitas preventivas e contava com quase 11.000 botões do pânico ativos, resultando em 894 acionamentos e 150 prisões em flagrante. A Capitã Carla destacou a importância da visita presencial e da colaboração entre as instituições para o sucesso do programa. Clarissa perguntou sobre o programa nas escolas para o ensino fundamental, e a Capitã Carla esclareceu que a ação institucional é focada no ensino médio, mas palestras avulsas podem ser realizadas para outras faixas etárias. Terezinha elogiou o programa, destacando sua importância na atenção à violência e na redução dos feminicídios. Maria Augusta questionou via *chat* sobre a extensão das medidas protetivas aos filhos em casos de disputa de guarda, e Denize esclareceu que, em geral, a medida não se estende aos filhos, a menos que eles também sejam vítimas. Denize também compartilhou uma decisão judicial recente em Joinville que não considera mensagens de comunicação sobre crianças como descumprimento de medida protetiva. A Sargento Ariane, do Corpo de Bombeiros Militar, apresentou a diretriz 42, que orienta as guarnições sobre como agir em casos de violência contra a mulher. Ela destacou a importância da escuta ativa, privacidade, acolhimento e atuação conjunta com outras forças de segurança. Lilian Novello, perita médica legista da Polícia Científica, apresentou o programa PCI Protege, que visa combater e prevenir a violência contra mulheres, crianças, adolescentes e



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

idosos. Ela destacou a produção de provas periciais para materializar a violência e identificar agressores, além do atendimento humanizado às vítimas. Ela explicou que a Polícia Científica implementou um núcleo especializado de atendimento à mulher em situação de violência em Florianópolis, composto apenas por mulheres médicas e auxiliares. A intenção é expandir esse serviço para outras cidades do estado, visando oferecer maior conforto e acolhimento às vítimas. A Polícia Científica desenvolveu um painel de dados estatísticos sobre a violência contra a mulher, que inclui informações sobre visitas preventivas e acionamentos. Lilian enfatizou a integração das quatro forças de segurança em Santa Catarina (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Científica) para reduzir a violência contra a mulher. Lilian também destacou a necessidade de mais servidores em determinadas cidades, sugerindo a criação de núcleos especializados compostos apenas por mulheres, com base em dados estatísticos. Ela também mencionou o papel da medicina legal na realização de necrópsias de vítimas de feminicídio, enfatizando a busca por dados históricos para atuar de forma integrada e reduzir os índices de violência. Patrícia Zimmermann parabenizou Lilian pela apresentação, ressaltando a evolução do trabalho do IML em realizar perícias que outros locais não fazem, como o deslocamento de médicos legistas aos hospitais para atender as vítimas. Ela enfatizou a importância de a vítima não ter que se deslocar e se despir várias vezes, o que representa um constrangimento. Terezinha levantou dúvidas sobre o fluxo de atendimento em casos de violência sexual, especialmente dentro das 72 horas após o ocorrido, questionando o tempo que o processo desde a denúncia até a perícia leva. Ela também perguntou sobre o funcionamento do "Espaço Acolher" no sul da ilha e os serviços disponíveis neste local. Lilian explicou que a redução do tempo de atendimento para a realização de exames de corpo de delito será possível com o aperfeiçoamento do fluxo integrado entre as instituições, especialmente após a sedimentação dos protocolos. Patrícia Zimmermann complementou que o fluxo integrado encaminha a mulher diretamente para a rede de saúde antes do IML, caso chegue à delegacia em até 72 horas. Lilian detalhou que o "Espaço Acolher Floripa"



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

funciona 24 horas por dia, atendendo qualquer tipo de violência contra mulheres e crianças, incluindo violência doméstica e sexual, com ou sem o período de 72 horas. O local conta com uma delegacia de polícia que opera 24 horas, Sala Lilás, Psicóloga e Assistente Social, com encaminhamento para Hospital Infantil quando necessário para crianças. Patrícia Zimmermann anunciou que uma psicóloga experiente assumirá a sala do sul da ilha em agosto, fortalecendo o atendimento no "Espaço Acolher". Ela também mencionou estudos para a ampliação com novas delegacias da mulher e a abertura 24 horas em cidades maiores, embora os maiores índices de ocorrências estejam na região norte da ilha. Patrícia Zimmermann apresentou o programa "Polícia Civil por Elas", lançado em 2018, que visa o enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher. O programa, que tem como símbolo um círculo com uma mão e um coração, abrange todas as ações da Polícia Civil de Santa Catarina voltadas para essa causa, fundamentado em leis como a Lei Maria da Penha e o conceito de Polícia Cidadã. O programa "Polícia Civil por Elas" possui diversos projetos, como grupos reflexivos, "Espelho Meu", "As Cores de Cada Vida", educação financeira, "Nós nos Importamos", "PCSC te Defende", "Perséfone", "Mulher Segura" e "Palestras na Rede". Destacam-se as ações de defesa pessoal para mulheres e a parceria com o SENAC para promover a educação e independência financeira de mulheres vítimas de violência. Ela também mencionou o apoio a pesquisas permanentes, como a análise psicossocial de homicídios de mulheres em Santa Catarina, e a publicação de cartilhas para reconhecimento do feminicídio. Ela destacou a melhoria institucional com a implementação do programa "Sala Lilás" em 2020, que oferece um ambiente acolhedor e diferenciado para as mulheres e informou sobre investimentos significativos para a criação de novas salas lilás, com verba do Ministério da Justiça, visando oferecer um ambiente de atendimento mais adequado e respeitoso para as mulheres nas delegacias. Ela reafirmou que as salas lilás são um direito da mulher e não têm relação com a promoção de abortamento, como foi divulgado erroneamente. A Polícia Civil tem investido na formação de policiais para atuar em grupos reflexivos, com 32 policiais treinados em 2022, incluindo delegados.



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Patrícia enfatizou que esses grupos, tanto para mulheres quanto para homens, são essenciais para promover a mudança de paradigmas e a superação da violência de gênero. Ela também apresentou dados sobre as operações policiais e as medidas protetivas de urgência solicitadas, indicando uma queda de 27,27% nos crimes de feminicídio este ano, com 24 feminicídios registrados em comparação com 33 no ano anterior. Ela ressaltou o compromisso com a resolubilidade de 100% dos crimes de feminicídio. O programa também foca na saúde mental dos profissionais policiais civis, com seminários e capacitações permanentes para evitar transtornos de estresse pós-traumático e outros problemas. Destacou que a Polícia Civil tem conseguido evitar casos de suicídio e trabalha para evitar a violência institucional, buscando sempre um atendimento humanizado. Patrícia reiterou o compromisso das instituições em chegar a cada canto do estado, trabalhando de forma integrada para a preservação de vidas e a melhoria do atendimento. Ela pediu desculpas públicas em nome da Polícia Civil e da Segurança Pública por erros cometidos no atendimento a mulheres, afirmando que trabalham para que essas situações não se repitam. Denize questionou a falta de funcionamento 24 horas e nos finais de semana das DPCAMIs em cidades grandes como Joinville, onde o índice de violência é alto e as mulheres se veem obrigadas a ir para a mesma delegacia que o agressor. Patrícia explicou que estudos estão em andamento para a abertura de DPCAMIs 24 horas em cidades maiores, ressaltou a dificuldade de ter efetivo suficiente para todas as unidades, mas confirmou que há um plano de expansão do número de delegacias da mulher, considerando a realidade de cidades grandes como Joinville e Florianópolis. Ela esclareceu que essas delegacias seriam para registro de boletins de ocorrência e atendimento, e não para flagrantes, que continuam nas Centrais de Polícia. Marlete e Patrícia Zimmermann tiveram um intenso debate sobre a participação de ex-conselheiras em reuniões. Marlete defendeu a participação das ex-conselheiras, citando a importância de seu conhecimento e experiência para a construção de políticas públicas, especialmente na organização da conferência. Patrícia Zimmermann argumentou que as reuniões do conselho deveriam ser restritas às



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

conselheiras, questionando a ordem e o propósito das discussões quando ex-conselheiras estavam presentes. Aline expressou sua indignação com a interrupção de uma mulher que estava contribuindo ativamente para a construção da conferência. Elas ressaltaram a importância da democracia e do respeito dentro do conselho, afirmando que a mulher em questão era utilizada quando conveniente, mas silenciada quando tentava se expressar e Patrícia Zimmermann enfatizou a necessidade de definir se as reuniões do conselho são fechadas para as conselheiras ou abertas ao público. Ela expressou se sentir ofendida por ter sido chamada de "hipócrita" e defendeu sua seriedade e comprometimento, destacando seus 27 anos de serviço como policial civil. Juci lamentou o comportamento de tentar boicotar a presença de pessoas que contribuem, comparando-o a atitudes da ditadura e enfatizando a importância do respeito e do direito à fala para todas as mulheres no conselho. Ela também pediu que questões pessoais fossem resolvidas fora da reunião, a fim de manter o foco nos debates importantes e evitar a perda de tempo. Marlete reiterou o pedido para que as conselheiras se limitassem à fala, ressaltando a urgência de aprovar uma resolução e a vergonha de prolongar discussões sobre questões já debatidas. A Secretária Milena manifestou preocupação com a organização da plenária e a necessidade de consolidar os debates para evitar conflitos intermináveis, defendendo a fala da Patrícia Zimmermann como uma preocupação de organização, não de cerceamento, e que a abertura para o público externo sem pauta pode levar à perda de ordem. Patrícia Ferreira pediu mais equilíbrio da parte da presidente Marlete na condução da reunião para evitar tumulto. Ela também sugeriu que a questão da participação de ex-conselheiras fosse debatida em outro momento, com uma pauta específica, para não prolongar a reunião atual e permitir a deliberação de questões importantes como a resolução. Terezinha propôs que a discussão sobre outros temas fosse encerrada para focar na aprovação da resolução da conferência, que era urgente. Ela enfatizou a importância de as conselheiras agirem com consciência e responsabilidade, evitando atritos desnecessários e focando no papel do conselho. Ato contínuo. **05. Deliberação para Organização da 05ª Conferência.**



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Carol (2h25 min) fez a leitura da minuta da Resolução que detalha o formato híbrido da 5ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, com 719 vagas (350 presenciais e 369 virtuais). A resolução estabelece a ordem de preenchimento das vagas, priorizando a diversidade e representatividade de diferentes grupos de mulheres. A UDESC foi solicitada para apoiar na plataforma virtual da conferência. A Resolução do CEDIM nº 05 foi aprovada por unanimidade. Marlete fez um apelo para que as conselheiras das regiões se disponibilizem para representar o CEDIM nas conferências municipais presencialmente, caso a mesa ou a comissão da conferência não possa comparecer. Ela destacou a importância de manter o trabalho ativo no período de construção das conferências e que a próxima plenária extraordinária deve ser no início de agosto. Passou-se para o próximo ponto de pauta. **06. Relato das Comissões e Grupos de Trabalho.** Catarina (2h38 min) relatou que a **Comissão de Comunicação** se reuniu e está elaborando um plano de divulgação para a conferência, contando com a participação das conselheiras e suas instituições para mobilizar mais municípios e garantir a capilaridade da informação. Juci complementou que a ideia é que todas as conselheiras gravem vídeos curtos e objetivos, convidando para as conferências e estimulando a participação das mulheres. Sobre a **Comissão de Enfrentamento à Violência**, Carol (2h44min) informou que os ofícios encaminhados ainda não foram respondidos e que a Comissão sugeriu a montagem de estandes e painéis durante a conferência, com a participação de colaboradores importantes para o CEDIM. E que a coordenadora eleita foi a Joseane e a relatora, a Luciane dos Passos. Em relação à **comissão de formação**, Carolina Bergmann (2h45min) informou que a Comissão de Formação se reuniu com a Secretária Adjunta da SAS, Milena para discutir a retomada do curso de formação, insistindo na exclusividade das vagas para mulheres e na abertura de um chamamento público para instituições interessadas em ministrar o curso e agora a Comissão aguarda a devolutiva da SAS para prosseguir com a seleção da instituição. Sobre a **comissão de legislação, normas e orçamento**, Carol (2h47min) destacou que neste mês em função da organização da 05ª CEPM, a comissão não se reuniu e em relação à **Comissão do**



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Pacto Maria da Penha as conselheiras participantes ainda não entraram em acordo sobre a melhor agenda para se reunirem. Por fim, no que diz respeito ao Observatório da Violência da ALESC, Terezinha informou sobre a participação do CEDIM no Observatório de Violência Contra as Mulheres e anunciou um seminário internacional sobre o tema nos dias 6 e 7 de agosto, para o qual todas as conselheiras serão convidadas.

7. Informes Gerais. 8. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, Marlete agradeceu a participação de todas e deu-se por encerrada a 06ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2025. Eu, Carolina Freitas, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata. Link para acessar a gravação da reunião:

https://drive.google.com/file/d/1PFTFC3HeOE_8bRslPfJuhMDPP6WNEkWc/view?usp=drive_link



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016



Assinaturas do documento



Código para verificação: **I1POW436**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAROLINA SILVA RODRIGUES DE FREITAS (CPF: 036.XXX.509-XX) em 05/08/2025 às 18:25:03

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:30:25 e válido até 13/07/2118 - 13:30:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDAyNzRfMjc0XzlwMjFfSTFQT1c0MzY=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00000274/2021** e o código **I1POW436** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.